

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
M LOG IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº. 37.699.133/0001-08
NIRE nº. 323.000.421.12

1. DATA, HORA E LOCAL:

Ao 31 (trigésimo primeiro) dia do mês de dezembro de 2023, as 10:00 horas na sede na Rua Porto Alegre, nº 307, Galpão 01, Mod 04, Área EU V, Sala 18, Nova Zelândia, Serra/ES, CEP 29.175-706.

2. PRESENÇA:

Presentes os seguintes acionistas: **RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, diretor de logística, portador da CNH sob o nº. 02002493100 Detran/ES e portador da carteira de identidade RG sob o nº. 178.002-9 SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº. 101.919.457-06, nascido em 13/04/1982, filho de Rui Belmiro dos Santos Loureiro Muniz e Benilda da Penha Ribeiro Muniz, residente e domiciliado na Rua Itabaiana, nº. 775, Condomínio Mar Mediterrâneo, Bloco A, apto 501, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES, CEP 29.102.290, com 50% (cinquenta) das ações, e, **ANDRE CAPOVILLA MARCHIORI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro elétrico, nascido em 16/04/1965, portador da CNH sob o nº. 03577487365 Detran/SP, portador da cédula de identidade nº. 15.845.885 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 102.280.358-13, filho de Telmo Orlando Marchiori e Eni Norimal Capovilla Marchiori, residente e domiciliado à Rua Doutor Emílio Ribas, nº. 511, apto 04, Cambuí, Campinas/SP, CEP 13.025-141, com 50% (cinquenta) das ações, sendo que os referidos acionistas representam 100% (cem por cento) do capital social, conforme apostadas no livro de Presença dos Acionistas; e a convidada **PAULA SILVA DE SOUZA**, brasileira, solteira, portador da carteira de identidade RG sob o nº. 2.326.161 SPTC/ES e inscrita no CPF/MF sob o nº. 131.390.277-29, nascida em 03/07/1990, filha de Eliezo Lopes de Souza e Maria Regina Silva de Souza, residente e domiciliado na Rua Professora Elza Lemos Andrea, nº 38, Maria Ortiz, CEP 29.070-504, Vitória-ES.

3. CONVOCAÇÃO:

A convocação foi dispensada tendo em vista a presença de todos os acionistas, conforme o disposto no § 4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76.

4. MESA:

Presidente: **Raphael Ribeiro Muniz**
Secretário: **André Capovilla Marchiori**
Convidada: **Paula Silva de Souza**

5. ORDEM DO DIA:

- (I) Substituição da Diretoria**
- (II) Consolidação do Estatuto**

6. DELIBERAÇÕES:

A deliberação abaixo foi tomada pela unanimidade dos Diretores presentes:

6.1 Retira-se da Diretoria **ANDRE CAPOVILLA MARCHIORI** e assume seu cargo **PAULA SILVA DE SOUZA**.

6.2 O Diretor retirante **ANDRÉ CAPOVILLA MARCHIORI** fica livre de quaisquer obrigações, bem como direitos, visto que ao transferir suas ações, sem custo para a Companhia e para a Diretora ingressante, transfere também os seus direitos e obrigações à Diretora ingressante **PAULA SILVA DE SOUZA**, que passa a responder no momento do registro deste Ato, pelo ativo e passivo da empresa, passado e futuro.

6.3 Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes (acionistas representantes de 100% do capital social), a composição da nova Diretoria da Companhia, cujo mandato, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social, **vigora até dezembro de 2025**.

Com efeito, a Diretoria da empresa fica, para o próximo triênio, com as seguintes composições, **aprovada por unanimidade**;

✓ **RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, diretor de logística, portador da CNH sob o n°. 02002493100 Detran/ES e portador da carteira de identidade RG sob o n°. 178.002-9 SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o n°. 101.919.457-06, nascido em 13/04/1982, filho de Rui Belmiro dos Santos Loureiro Muniz e Benilda da Penha Ribeiro Muniz, residente e domiciliado na cidade e Estado do Espírito Santo, na Rua Itabaiana, n°. 775, Condomínio Mar Mediterrâneo, Bloco A, apto 501, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES, CEP 29.102.290, eleito para o cargo de **Diretor Operacional**.

✓ **PAULA SILVA DE SOUZA**, brasileira, solteira, Diretora Comercial, portador da carteira de identidade RG sob o n°. 2.326.161 SPTC/ES e inscrita no CPF/MF sob o n°. 131.390.277-29, nascida em 03/07/1990, filha de Eliezo Lopes de Souza e Maria Regina Silva de Souza, residente e domiciliado na Rua Professora Elza Lemos Andrea, n° 38, Maria Ortiz, CEP 29.070-504, Vitória-ES, eleita para o cargo de **Diretora Comercial**.

Os Diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, ter conhecimento das disposições do Artigo 147 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, preencher os requisitos legais para integrar a administração da Companhia e não estar impedidos de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, cujas declarações ficam arquivadas na sede social;

7. ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pela totalidade dos membros da Diretoria. Desta extrai-se 01 via para arquivamento no Registro de Comércio e demais órgãos que se fizerem necessário ao registro das alterações deliberadas.

8. ASSINATURAS:

MESA:

Presidente: Raphael Ribeiro Muniz; **Secretário:** André Capovilla Marchiori; **Diretores:** Raphael Ribeiro Muniz e Paula Silva de Souza.**Constitui a presente cópia fiel do que consta no livro de registros de ATAS de Assembleias Gerais.**

Serra/ES, 31 de dezembro de 2023.

RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ
Presidente**ANDRE CAPOVILLA MARCHIORI**
Secretário**Acionistas:****ANDRE CAPOVILLA MARCHIORI**
Acionista e Diretor retirante
CPF nº 102.280.358-13**RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ**
Acionista
CPF nº 101.919.457-09**PAULA SILVA DE SOUZA**
Acionista ingressante
CPF nº 131.390.277-29**Diretores da Companhia:****RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ**
Diretor Operacional**PAULA SILVA DE SOUZA**
Diretora Comercial

**TERMO DE POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA
GESTÃO 01/2024 - 12/2025
M LOG IMPORTAÇÃO E LOGISTICA S/A
CNPJ nº. 37.699.133/0001-08
NIRE nº. 323.000.421.12**

De conformidade com o resultado da eleição ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária desta companhia, **M LOG IMPORTAÇÃO E LOGISTICA S/A**, localizada na Rua Porto Alegre, nº. 307, Galpão 01, módulo 01 e 2A, Área UE V, Sala 18, Nova Zelândia, Serra/ES, CEP 29.175-706, CNPJ nº 37.699.133/0001-08, e com seu estatuto social arquivado na JUCEES sob o Nire nº. 323.000.421.12, são reconduzidos os membros reeleitos da Diretoria, para mandato **até dezembro de 2025**, conforme relacionado abaixo:

- ✓ **RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, diretor de logística, portador da CNH sob o nº. 02002493100 Detran/ES e portador da carteira de identidade RG sob o nº. 178.002-9 SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº. 101.919.457-06, nascido em 13/04/1982, filho de Rui Belmiro dos Santos Loureiro Muniz e Benilda da Penha Ribeiro Muniz, residente e domiciliado na cidade e Estado do Espírito Santo, na Rua Itabaiana, nº. 775, Condomínio Mar Mediterrâneo, Bloco A, apto 501, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES, CEP 29.102.290, eleito para o cargo de **Diretor Operacional**.

- ✓ **PAULA SILVA DE SOUZA**, brasileira, solteira, Diretora Comercial, portador da carteira de identidade RG sob o nº. 2.326.161 SPTC/ES e inscrita no CPF/MF sob o nº. 131.390.277-29, nascida em 03/07/1990, filha de Eliezo Lopes de Souza e Maria Regina Silva de Souza, residente e domiciliado na Rua Professora Elza Lemos Andrea, nº 38, Maria Ortiz, CEP 29.070-504, Vitória-ES, eleita para o cargo de **Diretora Comercial**.

Serra/ES, 31 de dezembro de 2023.

Diretores da Companhia:

RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ
Diretor Operacional

PAULA SILVA DE SOUZA
Diretora Comercial

ESTATUTO SOCIAL
M LOG IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº. 37.699.133/0001-08
NIRE nº. 323.000.421.12

**CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL, SEDE, FORO E PRAZO
DE DURAÇÃO**

Art. 1º - Sob a denominação de **M LOG IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA S/A**, fica constituída uma sociedade por ações, de capital fechado, regendo-se por este ESTATUTO SOCIAL e pela legislação vigente.

Art. 2º - A sede e o foro da sociedade acham-se localizados na Rua Porto Alegre, nº. 307, Galpão 01, módulo 01 e 2A, Área UE V, Sala 18, Nova Zelândia, Serra/ES, CEP 29.175- 706.

Parágrafo Único. A sociedade poderá abrir filiais, sucursais, escritórios e outras unidades organizacionais em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, por deliberação de sua Diretoria.

Art. 3º - O objeto da sociedade compreende a Importação e Exportação por conta própria e conta e ordem de terceiros e o Comércio Atacadista dos seguintes produtos: Importar, exportar, comercializar, realizar comércio atacadista e distribuir, por conta própria e por ordem de terceiros, bens e mercadorias em geral relacionados aos seguintes produtos:

CNAE 5211-7/99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;

CNAE 5250-8/04 - Organização logística do transporte de carga;

CNAE 4693-1/00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários;

CNAE 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;

CNAE 6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação;

CNAE 4639-7/01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral;

CNAE 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;

CNAE 4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;

CNAE 4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças;

CNAE 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;

CNAE 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;

CNAE 4511-1/03 - Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;

CNAE 4541-2/01 - Comércio por atacado de motocicletas e motonetas;

CNAE 4541-2/02 - Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;

CNAE 4530-7/01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;

CNAE 4644-3/02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;

CNAE 4642-7/02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;

CNAE 4642-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança;

CNAE 4641-9/01 - Comércio atacadista de tecidos;

CNAE 4635-4/99 - Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente;

CNAE 4649-4/02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
CNAE 4649-4/01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
CNAE 4652-4/00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação;
CNAE 4669-9/99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;
CNAE 4689-3/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
CNAE 4643-5/01 - Comércio atacadista de calçados;
CNAE 4643-5/02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem;
CNAE 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
CNAE 5250-8/03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo;
CNAE 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios;
CNAE 4789-0/01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos;
CNAE 4782-2/02 - Comércio varejista de artigos de viagem;
CNAE 4782-2/01 - Comércio varejista de calçados;
CNAE 4755-5/03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho;
CNAE 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos;
CNAE 4783-1/02 - Comércio varejista de artigos de relojoaria;
CNAE 4723-7/00 - Comércio varejista de bebidas;
CNAE 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
CNAE 4757-1/00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstica, exceto informática e comunicação;
CNAE 4789-0/07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório;
CNAE 4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação;
CNAE 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
CNAE 6622-3/00 - Serviços de comissão na venda de seguros;
CNAE 4619-2/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado;

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5º - O capital social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), correspondendo a 100.000 (Cem mil) ações nominativas, ordinárias, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo integralizadas conforme abaixo;

- a) 10.000 (Dez mil) ações, correspondentes a R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda nacional.
- b) 90.000 (Noventa mil) ações, correspondentes a R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, em moeda corrente nacional, a serem integralizadas até 31/12/2024.

Art. 6º - As ações que compõem o capital social serão representadas por certificados de ações, observadas as características estabelecidas pela legislação vigente, e, provisoriamente, por cautelas que as representam.

Parágrafo Único - Os certificados de ações e as cautelas deverão conter, sempre, a assinatura de dois diretores.

Art. 7º - Aos acionistas é assegurado o direito de preferência à subscrição de novas ações, na proporção daquela sob sua titularidade, devendo este direito ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da deliberação pelo aumento da capital social.

Art. 8º - A cada ação corresponderá o direito de um voto nas deliberações societárias.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS

Art. 9º - São órgãos da companhia:

- a) Assembléia Geral dos acionistas;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS

Art. 10º - A Assembléia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade o exigirem.

Art. 11º - Compete privativamente à assembléia-geral:

- a) Reformar o estatuto social;
- b) Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da lei 6.404/76;
- c) Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- d) Autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da lei 6.404/76;
- e) Suspender o exercício dos direitos do acionista;
- f) Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- g) Autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- h) Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- i) Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.

Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de concordata poderá ser formulado pelos Diretores, com a concordância do acionista controlador, se houver, convocando-se imediatamente a assembléia-geral, para manifestar-se sobre a matéria.

Art. 12º - Compete aos diretores, observado o disposto no estatuto, convocar a assembléia-geral.

Parágrafo único. A assembléia-geral pode também ser convocada:

- a) Pelo conselho fiscal, nos casos previstos no número V, do artigo 163 da lei 6.404/76;
- b) Por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação nos casos previstos em lei ou no estatuto;
- c) Por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação que apresentarem devidamente fundamentados, com indicação das matérias a serem tratadas;
- d) Por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital votante, ou cinco por cento, no mínimo, dos acionistas sem direito a voto, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação de assembléia para instalação do conselho fiscal.

Art. 13º - A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

Parágrafo Único. A primeira convocação da assembléia-geral deverá ser feita com 08 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembléia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 14º - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembléia-geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito de voto.

Art. 15º - As Assembléias Gerais, tanto as de natureza ordinária, quanto extraordinária, poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora instrumentadas em ata única.

Art. 16º - As Assembléias Gerais serão dirigidas por uma mesa composta de um presidente e um secretário, eleitos pelos acionistas presentes.

SEÇÃO II - DA DIRETÓRIA EXECUTIVA

Art. 17º - A sociedade será administrada pela Diretoria Executiva composta por 02 Diretores, a serem eleitos pela Assembléia Geral, exercendo um deles o cargo de Diretor Operacional e Diretor Comercial. O prazo de gestão dos Diretores será de 03 (três) anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Art. 18º - Compete privativamente ao Diretor Operacional e Diretor Comercial:

- a) Planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da sociedade, exercendo funções executivas e decisórias;

- b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c) Coordenar a atividade da Diretoria de acordo com as conveniências de gestão;
- d) Delegar competências aos demais Diretores, bem como a empregados, para a prática de atos específicos, de acordo com as conveniências de gestão;
- e) Determinar as regras e regulamentos necessários ao funcionamento e à organização interna da sociedade;
- f) Praticar os atos de urgência;
- g) Dar cumprimento ao acordo de acionistas arquivado na sede da sociedade naquilo que lhe couber;

Art. 19º - Compete aos demais Diretores auxiliarem o Diretor Operacional e o Diretor Comercial em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Estatuto e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da sociedade.

Art. 20º - Compete privativamente aos Diretores Comercial e Operacional:

Representar em conjunto a empresa perante a todas as instituições financeiras cadastradas no Banco Central do Brasil (BACEN), podendo para tanto:

- a) Visualizar saldos e extratos de contas correntes e aplicações/investimento;
- b) Realizar pagamentos presencial e Online;
- c) Solicitar e assinar cheques;
- d) Realizar transferência de recursos;
- e) Emitir, alterar e cancelar boletos de cobrança;
- f) Abrir e encerrar contas correntes;
- g) Fazer contratação, alteração e cancelamento de câmbio;
- h) Assinar contratos de câmbio;

Art. 21º - São atribuições dos Diretores Operacional e Comercial:

1) Assinar termos de responsabilidade, por devolução de Container (“demurrage”), junto aos representantes dos transportadores marítimos;

2) Nomear e Instituir poderes a despachantes aduaneiros, tais como:

- a) Representar a outorgante perante as Regiões de Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual foi designado;
- b) Representar a OUTORGANTE perante o Sistema de Comércio Exterior - SISCOMEX, Sistema MANTRA, Sistema Mercante do Ministério dos Transportes, bem como junto ao Departamento de Marinha Mercante, praticando quaisquer atos relativos à consolidação e desconsolidação de carga marítima, em nome da OUTORGANTE, informando as

- autoridades competentes sobre situações atinentes aos embarques/desembarques marítimos;
- c) Representar a OUTORGANTE na prestação de esclarecimentos, juntada e retirada de documentos, enfim, praticar quaisquer atos que se relacionem com a consolidação e desconsolidação de carga marítima, despacho aduaneiro e atividades correlatas, representando a OUTORGANTE em tudo o que estiver relacionado a embarques e desembarques, desembarços aduaneiros de mercadorias, bagagens desacompanhadas, materiais ou equipamentos importados e exportados pela OUTORGANTE;
 - d) Representar a OUTORGANTE, requerendo e assinando em seu nome, documentos necessários para o cumprimento deste mandato e documentos relativos ao despacho aduaneiro, inclusive requerimentos; termos de responsabilidade, recebendo e dando quitação, unicamente no que diz respeito à importação e exportação das mercadorias de operações para as quais a OUTORGANTE tenha lhe contratado;
 - e) Representar a OUTORGANTE na assinatura de Termos de Responsabilidade, com ou sem fiança bancária, em garantia de obrigações tributárias, pedidos de restituição de indébitos, de compensações, nos termos do §1 do art. 808 do Decreto 6.759/2009, suspensão de pagamento do adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM);
 - f) Representar a OUTORGANTE na assinatura de declarações, recebimento e tomada de ciência de notificações, intimações e autos de infração; apresentar contestações às exigências fiscais; impugnações administrativas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil; recursos administrativos aos órgãos da segunda instância ou instância especial;
 - g) Representar (o) a OUTORGANTE na assinatura de lista de peso, certificados, entre eles os de origem (comum, ALADI, MERCOSUL e outros), nota de peso, licença de exportação e packing declaration;
 - h) Representar a OUTORGANTE no pagamento, ainda que de forma eletrônica, de impostos de importação, sobre produtos industrializados, sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), PIS/PASEP e COFINS, penalidades pecuniárias, porventura impostas, bem como taxas, multas e penalidades administrativas e tributárias, e demais despesas havidas nas importações, exportações e trânsito de mercadorias; recibos, inclusive de depósitos de restituições;
 - i) Representar a OUTORGANTE na assinatura de autorizações para pagamentos de Cruzeiros de Fretes Marítimos e Aéreos no Brasil, podendo efetuar pagamentos de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, e assinando termos junto ao Ministério dos Transportes, registro de Declarações de Importação, solicitação de retificações e cancelamento de Declaração de Importação, restituição de tributos, devolução de mercadoria para o exterior, substituição de mercadoria, recibos de mercadoria, materiais ou equipamentos, recibos de contêineres, recibos de restituição de tributos, recursos, requerimento de isenção, redução ou suspensão de tributos, requerimento de regimes especiais aduaneiros, inclusive prorrogação de Admissão Temporária, e outros processos que se reportem a fatos anteriores ou posteriores ao despacho aduaneiro, conhecimentos de transporte marítimo ou aéreo, endosso e correções em BL's, através da emissão de cartas de correção, assim como cartas declaratórias por extravio de Conhecimentos Originais;

- j) Receber os termos de responsabilidade para pagamentos de fretes e outras taxas devidas relativas ao transporte internacional, e em especial, o termo de compromisso - declaração de responsabilidade sobre a retirada e devolução de contêineres perante as agências marítimas e agentes de carga (NVOCC/Freight Forwarder), incluindo as disposições da IN-RFB nº 800/2007, assim como IN RFB nº. 1.473/2014 encaminhados por Aramadores/NVOCC e repassar ao OUTORGANTE, sendo que os poderes para assinar são limitados, agindo apenas como mero mandatário (art. 653 do Código Civil c/c art. 808 e 809 do Regulamento Aduaneiro) e nos limites do mandato firmado, com a responsabilidade dos atos previstos em contrato, por representação conta e ordem do OUTORGANTE;
- k) Representar a OUTORGANTE no processamento de operações de trânsito aduaneiro em todas as suas fases, assinando termos de vistoria, termos de atracação, aferindo rasuras em conhecimentos de embarque;
- l) Representar a OUTORGANTE perante repartições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal, ao Departamento de Polícia Federal, suas divisões e subdivisões, e em particular perante todos os órgãos do Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, Delegacias da Receita Federal, Inspetorias da Receita Federal, Agências da Receita Federal, ou seja, perante todas as Unidades Aduaneiras constantes no item 1 deste mandato; Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS; Companhias Docas de todos os Portos Brasileiros, inclusive perante a Administradora de Hidroviárias e Docas; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária- INFRAERO, em todo o território nacional, Administração de Portos e Aeroportos bem como as demais concessionárias de portos e aeroportos do Brasil;
- m) Representar a OUTORGANTE perante as empresas permissionárias de estabelecimentos com os recintos alfandegados, assinando e processando alteração na condição de habilitado, a Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA), bem como todos os expedientes necessários ao depósito de mercadoria importada ou destinada à exportação, inclusive despacho aduaneiro de admissão e/ou nacionalização total ou parcial de mercadorias. Além do Certificado ou Conhecimento de Depósitos de emissão automática pela permissionária, o outorgado poderá também solicitar warrants emitidos para quaisquer forma e modalidades de depósitos garantindo mercadorias para exportação e de importação em caráter excepcional;
- n) Representar a OUTORGANTE perante o DECEX - Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Fazenda, SECEX - Secretaria de Comércio Exterior, Secretaria Nacional da Receita Federal, Ministério dos Transportes e Secretarias Estaduais de Transportes, suas administrações de Portos e Cias. Seguradoras e suas Reguladoras de Sinistros, Cias. Armazenadoras e seus Entrepostos Aduaneiros, Departamento de Marinha Mercante - DMM, Superintendência Nacional da Marinha Mercante, suas Coordenações e Órgãos Regionais, pagar o AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante) mesmo que por meios eletrônicos, por intermédio do SISTEMA MERCANTE e SISCARGA, inclusive junto as Capitânicas dos Portos no Brasil, as Delegacias do Trabalho Marítimo, as Secretarias de Estado da Fazenda em todas as unidades da Federação ou Secretarias de Finanças dos Estados, a Rede Ferroviária e a FEPASA, os Consulados, ligações e Embaixadas Estrangeiras, a Federação das Indústrias dos Estados e a Associação Comercial em todo território nacional;

- o) Representar a OUTORGANTE perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em qualquer Unidade da Federação e em todos os assuntos de seu interesse, podendo, para tanto, assinar, pagar, requerer, dar entrada ou retirar documentos, solicitar a liberação de produtos agropecuários para Importação/Exportação, Inspeção /Vistoria, carta ou Termo de Compromisso, Proibição de Despacho (PD), Autorização de Trânsito Aduaneiro (ADTA), Prescrição de Quarentena (PQ), Termo de Destruição/Inutilização, Termo de Fiel Depositário, solicitar reembarque de produtos ou mercadorias, Requerimento de xpurgo/Fumigação/Desinfestação/Desinfecção, Termo de Caução, Termo de Responsabilidade, acompanhar a fiscalização e coleta de produtos agropecuários, Termo de Apreensão, Termo de Fiscalização/Coleta, Termo de Ocorrência, conforme previsto no item 8 do Anexo I da Instrução Normativa N° 39 de 27 de novembro de 2017 (D.O.U. de 01/12/2017), IBAMA - Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente e todas as Repartições Públicas e Autárquicas, Federais, Estaduais e Municipal, juntando e retirando documentos, enfim, praticar quaisquer atos que se relacionem com a consolidação e desconsolidação de carga marítima, despacho aduaneiro e atividades correlatas em nome a OUTORGANTE, e tudo o que estiver relacionado a embarques e desembarques, desembaraços aduaneiros de mercadorias, bagagens desacompanhadas, matérias ou equipamentos importados e exportados pelo a OUTORGANTE;
- p) Representar a OUTORGANTE perante a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como seu demais órgãos Secretarias Estaduais de Saúde e postos de Atendimento do Ministério da Saúde em seu nome; perante Ministério da Saúde (ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária) do Ministério da Saúde para fins de receber e firmar autos de infração sanitária, notificações, impugnações, recursos administrativos e decisões administrativas, além dos demais termos legais emitidos pela ANVISA, inclusive Termos de Responsabilidade previstos na legislação vigente, pertinentes aos procedimentos de importação de bens, produtos e mercadorias submetidos ao controle e fiscalização sanitária de conformidade a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N° 81, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 e suas atualizações, no que couber para:
- i. Peticionamento de fiscalização e liberação sanitária para importação de mercadorias sob vigilância sanitária;
 - ii. Acompanhamento das etapas da inspeção sanitária de mercadorias sob vigilância sanitária;
 - iii. Recepção de amostras de contraprova de mercadorias sob vigilância sanitária para análise fiscal ou de controle;
 - iv. Cientificação de termos legais e outros documentos relacionados à fiscalização de mercadorias sob vigilância sanitária, e apresentação dos meios de defesa, como impugnação, produção de provas e interposição de recursos;
 - v. Subscrição de termos de guarda e responsabilidade para autorização de saída de mercadorias sob vigilância sanitária da área alfandegada com ressalva;
 - vi. Efetivação da inutilização de mercadorias sob vigilância sanitária na forma da legislação sanitária;
 - vii. Acompanhamento e verificação da mercadoria na conferência aduaneira, inclusive da retirada de amostras para assistência técnica e perícia;
- q) Representar a OUTORGANTE perante Secretarias da Fazenda ou Finanças dos Estados,

Companhias de seguros, Delegacias e Coletorias de receitas Estaduais constantes no item 1 deste mandato, inclusive assinando a Declaração de Exoneração de ICMS, Ministério da Previdência e Ação Social, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Educação Cultura e Esporte, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, grupos de fiscalização postal internacional (COLIPOSTAUX), Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, Comissão de Política Aduaneira, Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, e seus órgãos, Banco do Brasil S/A, inclusive suas agências, Banco Central do Brasil e seus departamentos, consulados, ligações e embaixadas Estrangeiras, Federação das Indústrias e Associações Comerciais, Cias. De Transportes Terrestres, Capitania dos Portos, Delegacias do Trabalho Marítimos; Empresas de Transporte Marítimo, Ferroviário e Rodoviário, Agências de Navegação Marítima e Agências Aéreas, Cias. Aéreas, Agentes de Cargas, e outras empresas voltadas para atividades de comércio exterior, de economia mista ou privada;

- r) Representar a OUTORGANTE na assinatura, retirada e protocolo de documentos referentes ao Licenciamento de Importação de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército nos termos da Portaria 09 D Log. 25/06/04, praticando todos os atos que forem de interesse da OUTORGANTE e tudo o mais que se fizer necessário para a prática e fiel cumprimento deste mandato;
 - s) Representar a OUTORGANTE, praticando todos os atos que forem de interesse, e tudo o mais que se fizer necessário para a prática e fiel cumprimento deste mandato.
- 3) Assinar documentos internacionais (por ex.: invoice e packing list);
 - 4) Assinar contratos e propostas com armazém alfandegado,
 - 5) Assinar memorandos de Exportação, bem como qualquer documento relacionado ao Despacho aduaneiro.
 - 6) Assinar os documentos exigidos pelo SVA/UVAGRO, inclusive Termo de Depositário. (FORMULÁRIO III) e Termo de Compromisso (FORMULÁRIO IV) conforme capítulo II seção I da IN 36 de 10/11/2006
 - 7) Assinar contratos de vinculação de importações por conta e ordem de terceiros;
 - a. Assinar declarações pertinentes a vinculação contratual de importações;
 - 8) Assinar contrato de prestação de serviços de Siscoserv.

Art. 22º - As atribuições complementares dos diretores, bem como a instituição de novos diretores poderão ser fixadas em ato administrativo editado pelos Diretores Operacional e Comercial e registradas no livro de atas de suas reuniões.

Art. 23º - Nos casos de vacância, ausência, licença, impedimento ou afastamento temporário ou definitivo, os Diretores substituir-se-ão na seguinte forma:

- a) Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Operacional e Diretor Comercial, este designará uma pessoa para substituí-lo e, em caso de vacância a Assembléia Geral deverá eleger um substituto no prazo de até 30 (trinta) dias, o qual completará o mandato do Diretor Presidente e Administrativo Substituto;
- b) Em caso de ausência ou impedimento temporário dos demais Diretores estes

serão substituídos pelo Diretor Operacional e Diretor Comercial e em caso de vacância, este deverá nomear substituto no prazo de 30 (trinta) dias, o qual completará o mandato do Diretor substituído.

SEÇÃO III - DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 24º - A DIRETÓRIA EXECUTIVA, pelos seus diretores, tem os poderes que a LEI e este ESTATUTO SOCIAL lhe conferem para administração dos negócios sociais, representando a sociedade, **em conjunto ou separadamente**, em juízo e fora dele, nas relações com terceiros, perante órgãos e repartições públicas federais, estaduais e municipais, quer os da administração direta, quer da administração indireta, pessoas jurídicas de direito privados, nacionais ou internacionais, e pessoas físicas.

Parágrafo Único. A prática de todos os atos relativos à gerência dos negócios da sociedade que implicarem na assunção de obrigações caberá ao **Diretor Operacional e Comercial** em conjunto ou ao procurador com poderes específicos, o qual poderá assinar todos e quaisquer documentos, emitir e endossar títulos de

crédito, como cheques, notas promissórias e duplicatas; expedir ordens de pagamento; movimentar contas bancárias; pactuar contratos de empréstimos e financiamentos junto a quaisquer estabelecimentos bancários, privados e oficiais; pactuar contratos de mútuos; adquirir ou alienar bens, assim como onerá-los em favor de terceiros.

Art. 25º - É expressamente vedada à assinatura de cartas de fiança e a concessão de avais e endossos a terceiros, bem como a prática de atos equivalentes, ressalvados aqueles diretamente relacionados com as atividades da sociedade;

SEÇÃO IV — DO CONSELHO FISCAL

Art. 26º - A sociedade terá um Conselho Fiscal composto, no mínimo, por 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, e funcionará somente nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que reúnam as condições que a LEI dispõe.

Art. 27º - A solicitação para a instalação do Conselho Fiscal poderá ser formulada em qualquer assembleia geral dos acionistas, ainda que a matéria não conste da convocação, quando se procederá:

- a) À eleição dos membros efetivos e suplentes;
- b) Fixação de suas remunerações;
- c) À posse dos conselheiros perdurará até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após sua instalação.

CAPÍTULO IV — DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 28º - O exercício será encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29º - O balanço geral, a demonstração de lucros e perdas e as demais demonstrações financeiras exigidas pela LEI serão encerradas, regularmente, no último dia útil do mês de dezembro de cada ano, podendo, no entanto, ser levantados balanços, balancetes de verificação e elaboradas demonstrações financeiras intermediárias, a critério.

Art.30º - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicadas, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

Art. 31º - O saldo remanescente, depois de deduzido o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para a distribuição aos acionistas, a título de dividendos mínimos obrigatórios, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO V — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA SOCIEDADE

Art. 32º - Os acionistas, de livre e espontânea vontade, em caráter irrevogável e irretratável e para todos os efeitos de direito, reconhecem que os seguintes atos/fatos

põem em risco a continuidade da sociedade, sendo considerados de inegável gravidade e válidos para legitimar a exclusão de qualquer acionista da sociedade por justa causa:

- a) Qualquer tipo de irregularidade fiscal ou inidoneidade econômica e financeira não sanada por mais de 30 (trinta) dias;
- b) Qualquer ato ilícito praticado por qualquer acionista em detrimento da sociedade e/ou outro acionista;
- c) Descumprimento, pelo acionista, deste estatuto social e/ou qualquer das deliberações sociais validamente formadas;
- d) Difamar, injuriar, caluniar, assim como aquele que proceder de forma danosa ao bom nome da sociedade e/ou de seus acionistas;
- e) Praticar qualquer ato que coloque em risco a continuidade da sociedade;
- f) Deixar de contribuir, sem justa causa, para a persecução dos objetos sociais;
- g) For definitivamente condenado em ações judiciais que lhe forem movidas pela sociedade, em razão do inadimplemento das obrigações que haja contraído perante a mesma;
- h) Após a competente notificação da sociedade, voltar a infringir a lei e/ou as disposições contidas no presente instrumento e/ou resoluções e deliberações da sociedade;
- i) Pela dissolução total ou parcial, extinção ou liquidação da respectiva pessoa jurídica, caso seja acionista pessoa jurídica;
- j) Pela insolvência ou falência do acionista;
- k) As demais situações previstas em lei.

Parágrafo Primeiro Os haveres do sócio que for excluído serão pagos nas condições estabelecidas por lei e neste instrumento, especialmente no artigo que trata dos haveres da sociedade, com base em balanço contábil especialmente levantado para este fim.

Parágrafo Segundo Quando a exclusão ocorrer em virtude de não integralização do capital, far-se-á a restituição apenas dos valores pagos. Não havendo qualquer integralização do sócio excluído não caberá o direito de restituição.

Art. 33º - No caso de morte de um dos acionistas, seus herdeiros lhe sucederão na titularidade e nos direitos sobre as ações do capital social. Caso um ou mais herdeiros não aceitem sua integração à sociedade, a eles caberá o valor indenizado das respectivas ações

do capital social do *de cujus*, bem como seus haveres na sociedade, apurado em balanço contábil especialmente apurado na data do falecimento.

Parágrafo Primeiro De igual modo, o acionista que pretender retirar-se da sociedade não poderá pedir a dissolução da mesma, tendo direito, somente, a receber o valor das ações que fizer jus, apuradas em balanço contábil especialmente apurado na data de sua saída.

Parágrafo Segundo Fixado o valor das ações devido ao acionista ou aos seus herdeiros e sucessores, este será pago em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente de acordo com a variação do índice Geral de Preços (IGPM), vencível a primeira delas em 30 (trinta) dias após a data da retirada ou do óbito do acionista.

Parágrafo Terceiro As parcelas mensais devidas e apuradas com base no parágrafo anterior serão imputados e pagos juros em cada parcela, calculados com base na taxa percentual anual de 6% (seis por cento) *pro rata tempore*.

Parágrafo Quarto O pagamento de haveres a acionistas ou seus sucessores, em qualquer caso em que devidos pela Sociedade, serão pagos de acordo com a disponibilidade financeira desta, de forma a preservar a sua continuidade.

Art. 34º - A sociedade entrará em liquidação nos casos e na forma prevista em lei, competindo à assembleia geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Art. 35º - Os casos omissos serão regulados pela legislação vigente.

Serra/ES, 31 de dezembro de 2023.

Acionistas:

RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ
Diretor Operacional

PAULA SILVA DE SOUZA
Diretora Comercial



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa M LOG IMPORTAÇÃO E LOGISTICA S/A consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|---------------------------|
| CPF/CNPJ | Nome |
| 10191945706 | RAPHAEL RIBEIRO MUNIZ |
| 10228035813 | ANDRE CAPOVILLA MARCHIORI |
| 13139027729 | PAULA SILVA DE SOUZA |

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/04/2024 16:06 SOB N° 20240366476.
PROTOCOLO: 240366476 DE 26/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12404705742. CNPJ DA SEDE: 37699133000108.
NIRE: 32300042112. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 04/04/2024.
M LOG IMPORTAÇÃO E LOGISTICA S/A



PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br